

COMUNISMO LIBERTÁRIO



ISAAC PUENTE

O Comunismo Libertário é a organização da sociedade sem Estado e sem propriedade privada. Para isto não há necessidade de criar nenhum organismo novo. Os núcleos de organização ao redor dos quais será organizada a sociedade futura já estão presentes na sociedade atual: são o sindicato, onde hoje são agrupados espontaneamente os operários das fábricas e de todos os lugares de exploração coletiva; e o município livre, uma assembleia de raízes antigas, no qual, também espontaneamente, são agrupados os vizinhos de vilas e aldeias e que oferece uma via para a solução de todos os problemas de convivência no campo.

A associação das duas palavras (comunismo e libertário) indica também a fusão de duas ideias: uma coletivista, que tende a produzir um conjunto harmônico pela contribuição ou cooperação dos indivíduos e sem prejuízo de sua independência; e a outra individualista, que quer garantir ao indivíduo o respeito de sua independência. O operário da fábrica, da ferrovia ou braçal, não podendo cumprir por si mesmo uma obra completa, tem necessidade de se agrupar com seus companheiros, tanto para a melhor execução da obra como para a defesa do interesse individual.



A T E N E U

Diego Giménez

COMUNISMO LIBERTÁRIO

Isaac Puente Amestoy

Ateneu Diego Giménez
2010



Edições originais:

El Comunismo Libertario. CNT-AIT, Madri, 1933

Hacia la Interpretación Colectiva del Comunismo Libertario. CNT-AIT, Madri, 1933

Conceptos del Comunismo Libertario. Solidaridad Obrera, Barcelona, 1936

La Sociedad del Porvenir: El Comunismo Anárquico. Amor y Voluntad, Barcelona, 1933

Tradução e diagramação:

Ateneu Diego Giménez

COB-AIT

Piracicaba, 2010

<http://ateneudiegogimenez.wordpress.com>

<http://cob-ait.net>

<http://www.iwa-ait.org>



ÍNDICE

Comunismo libertário	1
A sociedade do porvir: o comunismo anárquico	23
Conceitos do comunismo libertário	30
À interpretação coletiva do comunismo libertário	33

COMUNISMO LIBERTÁRIO

Contra os preconceitos

A Confederação Nacional do Trabalho é como a via dos esforços revolucionários do proletariado para a realização de um objetivo concreto: a implantação do Comunismo Libertário, um regime de convivência humana que tenta solucionar o problema econômico sem a necessidade do Estado nem da política, segundo a conhecida fórmula: **“De cada de acordo com sua capacidade, a cada de acordo com sua necessidade”**.

O movimento emancipador do proletariado amadurece por força do sofrimento de decepções. De cada fracasso surge rejuvenescido, com novo vigor. É uma força em formação, a geradora do porvir. Carrega em si as sementes do aperfeiçoamento social e responde a um pulsar profundo do ser humano, por isso não pode perecer, ainda que erre seu caminho uma centena de vezes.

Se pregou demais ao proletariado. Algumas vezes calma, outras cultura, outras capacitação. Ao juízo de seus pastores, nunca esteve maduro para se emancipar. Seu preparo, se tiver de ser assim, será eterno, porque ele nunca poderá sair da ignorância, da incultura e das privações em que o regime capitalista e o Estado o mantêm se não for de maneira revolucionária. Cada emancipação parcial deve lhe custar tanto trabalho quanto a emancipação total, se for para ela ser coletiva ao invés de uma conquista individual.

Se são encontradas soluções deste modo, sem atacar o sistema, não é possível resolver o problema social. É como o ovo de Colombo. Se tivermos de colocar o ovo firme e equilibrado sobre um de seus polos, perderemos tempo enquanto quisermos fazer isso com habilidade e destreza. Deve-se decidir achatar um de seus polos com um golpe sobre a mesa, atacando o ovo em sua integridade.

A Confederação Nacional do Trabalho interpreta o movimento emancipador do proletariado como castigado pelo reboco reformista e desiludido com o engodo político. Ela enxergou um caminho reto: o da ação direta, indo em direção à implantação do Comunismo Libertário, única rota de emancipação. Não se trata de fazer uma organização forte que seja admirada por seus membros e por pessoas de fora, mas de realizar a sua finalidade libertadora. Não é um ideal a cultivar, mas uma frente de combate. O ideal é fornecido pelo anarquismo, que a orienta e anima.

Definição: O Comunismo Libertário é a organização da sociedade sem Estado e sem propriedade privada. Para isto não há necessidade de criar nenhum organismo novo. Os núcleos de organização ao redor dos quais será organizada a sociedade futura já estão presentes na sociedade atual: são o sindicato, onde hoje são agrupados espontaneamente os operários das fábricas e de todos os lugares de exploração coletiva; e o município livre, uma assembleia de raízes antigas, no qual, também espontaneamente, são agrupados os vizinhos de vilas e aldeias, e que oferece uma via para a solução de todos os problemas de convivência no campo.

Ambos os organismos, com normas federativas e democráticas, serão soberanos

em suas decisões, sem serem tutelados por nenhum organismo superior, estando somente obrigados a confederarem entre si por coerção econômica dos organismos de relação e de comunicação, constituídos em Federações de Indústria.

Estes organismos tomam posse coletiva ou comum de tudo que hoje é de propriedade particular e regulam em cada localidade a produção e o consumo, ou seja, a vida econômica.

A associação das duas palavras (comunismo e libertário) indica também a fusão de duas ideias: uma coletivista, que tende a produzir um conjunto harmônico pela contribuição ou cooperação dos indivíduos e sem prejuízo de sua independência; e a outra individualista, que quer garantir ao indivíduo o respeito de sua independência. O operário da fábrica, da ferrovia ou braçal, não podendo cumprir por si mesmo uma obra completa, tem necessidade de se agrupar com seus companheiros, tanto para a melhor execução da obra como para a defesa do interesse individual. Em troca, o artesão e o operário do campo podem viver independentemente e até por si mesmos, por isso têm uma tendência arraigada ao individualismo. O **Sindicato** representa a necessidade da organização coletivista, e o **Município Livre** interpreta melhor o sentimento individualista do camponês.

A miséria é o sintoma, o mal é a escravidão. Se julgarmos apenas pelas aparências, coincidiremos todos em assinalar a miséria como o pior da sociedade atual. No entanto, o pior é a escravidão, que é a que obriga o homem a sucumbir a ela, impedindo-lhe de se rebelar. O pior não é o Capital que explora o operário, enriquecendo-se à sua custa, mas o Estado, que mantém o proletário indefeso e o coloca nos eixos com os fuzis da força pública e com a reclusão nas prisões.

Toda a maldade que lamentamos na sociedade atual e que não poderia ser enumerada adequadamente aqui tem raiz na instituição do Poder, ou seja, no Estado, e na instituição da propriedade privada, que por acúmulo produz o Capital. O homem é o brinquedo destes dois males sociais, superiores à sua vontade; se torna ruim, mesquinho e insolidário quanto é rico, e cruel e insensível à dor humana quando exerce o poder. A miséria degrada e a riqueza perverte. A obediência afunda o homem na abjeção e a autoridade deforma seus sentimentos. Ninguém derramou mais lágrimas e sangue que o capital voraz e insaciável por lucro. Toda a história está repleta dos crimes e torturas levadas a cabo pela autoridade.

O acúmulo de riquezas, como o acúmulo de poder por alguns, só pode ser feito à custa do despojo de outros. Para destruir a miséria, assim como para impedir a escravidão, é preciso se opor ao acúmulo de propriedade e de poder, de modo que ninguém tome mais do que o que necessita, e que não seja preciso que ninguém mande sobre outrem.

Dois operações fundamentais. O homem, por efeito de seu modo de ser e de sua natureza, tem duas aspirações inesgotáveis: o **pão**, ou seja, o que necessita para satisfazer suas necessidades econômicas (comida, vestimenta, habitação, instrução, assistência sanitária, meios de comunicação etc.) e a **liberdade**, ou seja, dispor de suas próprias ações. Uma coerção exterior não nos causa repugnância por si mesma,

pois nos transigimos às que a própria Natureza nos impõe. Ela nos repele e nos revolta quando é caprichosa, por responder à vontade de outros homens. Aceitamos uma restrição quando acreditamos que ela é justa e quando nos é dado o arbítrio de julgá-la. A rejeitamos com todas as nossas forças quando ela nos é imposta, negando-nos o direito de discuti-la.

É tão vivo, tão intenso este sentimento de liberdade – esta aspiração a dispor de nós mesmos – que é proverbial o caso do fidalgo espanhol que por conservá-la arrasta sua miséria para as estradas, renunciando ao pão, ao abrigo e ao calor do asilo, porque em troca lhe é imposta uma disciplina de quartel.

O Comunismo Libertário tornará possível a satisfação das necessidades econômicas, com o respeito desta aspiração à liberdade. Por amor à liberdade repudiamos um comunismo de convento ou de quartel, de formigueiro ou de colmeia, e um comunismo rebanhesco como é o da Rússia.

Os preconceitos: Tudo isto, para quem nos lê com preconceitos atizados e hostis, soa a disparate. Trataremos de assinalar estes preconceitos, caso quem deles padece queira se curar.

Primeiro preconceito: Atribuir caráter passageiro à crise. O Capital e o Estado são duas velhas instituições na crise mundial, progressiva e incurável. Dois organismos que levam em sua própria decomposição, como sempre acontece na Natureza, o gérmen dos organismos que irão substituí-los. Na Natureza nada se cria nem nada se destrói, tudo se transforma. O Capital se afoga em seus próprios detritos: o desemprego forçado cresce sem cessar porque ele é incapaz de aumentar o consumo na proporção que a maquinaria aumenta a produção. Os desempregados representam forças revolucionárias. A fome acovarda o indivíduo isolado, mas fornece fúria e bravura quando é coletiva. No proletariado, as ideias dissidentes estão sendo geradas e cobram vigor. O Estado também se asfixia em suas próprias maquinações de força. A cada vez se vê obrigado a criar mais força repressiva e mais burocracia, carregando com o peso morto do parasitismo os impostos com que o contribuinte é espoliado. Quando um edifício é escorado, é porque ele ameaça ruir. A consciência individual, cada vez mais desperta, se choca abertamente com as limitações do Estado. A iminência de sua ruína lhe fez torcer de repente sua evolução histórica em direção a formas mitigadas e democráticas, para se vestir de fascismo na Itália e de ditadura em outras nações, incluindo a ditadura do proletariado na Rússia.

São crises definitivas que enfrentam a velha instituição do Capital como forças irreduzíveis com as aspirações libertárias dos povos. Isto substituirá aquilo.

Não adianta se apegar aos velhos sistemas e tentar buscar remendos, reboco e reformas, ainda que elas sejam tão sedutoras quanto as de Henri George, pois elas chegam tarde demais para rejuvenescer um organismo caduco. Deve-se pensar naquele que luta para nascer, naquele que quer substituir o que deve desaparecer, nas forças germinais que pedem lugar na vida social.

Segundo preconceito: Supor que o Comunismo Libertário é fruto da ignorância. Porque o veem sendo proposto por gente que tem fama de ignorante e de inculta, supõem que o Comunismo Libertário é uma solução simplista que desconhece a complexidade da vida e as dificuldades inerentes a uma mudança desta envergadura. Este preconceito carrega inerente o que mencionaremos depois.

Coletivamente, o proletariado tem mais conhecimento da sociologia que os setores intelectuais e, por isso, mais visão das soluções. Assim, por exemplo, no caso dos médicos ou dos advogados, ou dos farmacêuticos, não lhes agrada ou não lhes ocorre outra solução para a abundância de profissionais que não a de limitar o ingresso nas faculdades, dizendo para as novas gerações que nascem para a vida e comparecem às aulas em um número cada vez maior: “Estas vagas estão ocupadas, não cabem mais”, as rejeitando para outras carreiras ou para o protesto turbulento. E esta sim é uma solução simplista e absurda, e idiota, e imprópria de quem se gaba de sua superioridade aos demais.

Os operários, pelo contrário, se atrevem a propor, de acordo com suas aventuras nos livros de sociologia, soluções que não se limitam a uma classe, nem à geração de uma classe, mas a todas as classes da sociedade. Uma solução que sociólogos diplomados já levantaram em terreno científico e em terreno filosófico e que hoje pode se manter frente a todas as soluções teóricas do problema social a fim de garantir o pão e a cultura para todos os homens.

Se está na boca de “ignorantes”, é precisamente porque os intelectuais que levam a fama de sábios a desconhecem. E se o proletariado levanta a sua bandeira é porque, coletivamente, tem visão mais certa do porvir e maior amplitude de espírito que todas as classes intelectuais juntas.

Terceiro preconceito: A aristocracia intelectual. O povo é considerado incapacitado de viver livremente e, portanto, necessitado de tutela. Por sobre ele, os intelectuais querem fazer valer privilégios aristocráticos, como os que até agora a nobreza desfrutou. Pretendem ser dirigentes e tutores do povo.

Nem tudo o que reluz é ouro. Nem é depreciável o valor intelectual de todos os que são condenados à privação do saber. Muitos intelectuais não conseguem se destacar do restante nem com as asas de seus títulos. E por outro lado, muitos operários se elevam à altura dos intelectuais pela força de seu valor.

O preparo universitário para o exercício de uma profissão não quer dizer superioridade em nenhum sentido, já que não é conquistado por livre competência, mas à sombra do privilégio econômico.

O que chamamos de bom senso, rapidez de visão, capacidade de intuição, iniciativa e originalidade não é comprado nem vendido nas universidades, e tanto intelectuais quanto analfabetos o possui.

É preferível uma mentalidade por cultivar, em toda sua incultura selvagem, que as mentes envenenadas de preconceitos e ancilosadas pela rotina do saber.

A cultura de nossos intelectuais não lhes impede de ter inculto o sentimento da própria dignidade, que brilha às vezes de modo magnífico em pessoas com fama de incultas.

Uma carreira não dá mais fome, nem mais corpulência, nem mais família, nem mais enfermidades que um ofício manual; logo, não tem mais superioridade que o profissional, e isto não justifica, se não de um modo simplista e pueril, que deva dirigir e mandar nos que não a possuam.

Quarto preconceito: Nos atribuir desdém pela arte, pela ciência ou pela cultura. O que fazemos é não compreender por que para estas três atividades brilharem seja preciso que se assentem sobre a miséria e sobre a escravidão humana. Para nós, elas devem ser incompatíveis com esta dor evitável. Se para brilharem precisam do contraste com a feiura, com a ignorância e a incultura, podemos nos declarar desde já incompatíveis com elas, sem que tenhamos dizer alguma heresia.

A arte, a ciência ou a cultura nem são compradas com dinheiro nem conquistadas com poder. Pelo contrário, se são dignas, rejeitam toda vassalagem e se mostram insubornáveis. São criadas pela dedicação artística, pela aptidão e pelo afã investigativo e pelo gosto da própria perfeição, mas não pelos mecenas e césaes. Florescem espontaneamente em qualquer parte, e o que precisam é não ter obstáculos. São frutos do ser humano, e o simplismo está em crer que se contribui para elas criando, governamentalmente, um escritório de patentes ou um prêmio para a cultura.

Quando pede pão e reclama justiça, quando ao tentar se emancipar é dito ao operário que ele vai estragar a arte, a ciência ou a cultura, é natural que ele seja iconoclasta e que derrube de um golpe o ídolo intangível com o qual querem lhe manter em sua escravidão e em sua miséria. Quem disse que a arte, a ciência ou a cultura sofreriam prejuízo com a geração de bem-estar ou com o desfrutar da liberdade?

Quinto preconceito: Incapacidade para estruturar a nova vida. A nova organização econômica precisa da colaboração técnica, como a entre o operário especializado e o trabalhador simples. Do mesmo modo que hoje até as forças revolucionárias cooperam na produção, amanhã também isto deve ser feito entre todos. Ou seja, não se deve julgar a nova vida pelas capacidades que nós revolucionários reunamos, como se fôssemos um partido político redentor, mas sim pelas capacidades que existam na coletividade inteira. O que impulsiona o técnico a trabalhar é a coerção econômica e não o seu amor à burguesia. O que impulsionará todos a cooperarem na produção amanhã será também a coerção econômica que será exercida sobre todos os cidadãos aptos. Não confiamos somente naqueles que o fazem por devoção ou por virtude.

Não necessitamos para tanto deslumbrar o mundo com nossa capacidade nem com nossos dotes extraordinários, que serão então tão falsos como os dos políticos. Não oferecemos redimir ninguém. Propomos um regime em que a escravidão não seja necessária para fazer o homem produzir, nem que precise da miséria para obrigá-lo a sucumbir ante a avareza do Capital. Que não seja um capricho nem uma conveniência particular ou privada o que governa e dirige, mas que sejamos todos os que contribuem para a harmonia do conjunto, cada qual com seu trabalho, e cada qual na medida de suas forças e de suas aptidões.

Sexto preconceito: Crença na necessidade de um arquiteto social. É um preconceito fomentado pela política aquele que crê que a sociedade precisa de um poder ordenador ou que uma multidão iria se descontrolar se não houvesse policiais para evitá-lo. O que sustenta as sociedades humanas não é a coerção do poder nem a previsão inteligente de seus governantes, mas o instinto de sociabilidade e a necessidade de apoio mútuo. O governante sempre gostou de se adornar com estes falsos méritos. As sociedades tendem ademais a adotar formas cada vez mais perfeitas, não porque seus dirigentes assim o desejam, mas por tendência espontânea dos indivíduos que as compõem e como aspiração ingênita em todo agrupamento de homens.

Pela mesma ilusão atribuímos aos cuidados de um pai o crescimento e o desenvolvimento de seu filho, como se fosse por influência externa que ele cresce e prospera. O crescimento e o desenvolvimento são operados sempre em todas as crianças sem necessidade de que ninguém o procure. O importante é que ninguém o impeça ou o perturbe.

Do mesmo modo a criança é instruída e educada, por tendência natural. O professor pode atribuir a si a aptidão para assimilar e para modelar a criança, mas o certo é que a criança é instruída e educada também sem que ninguém lhe dirija, contanto que não lhe perturbem. E, na pedagogia racional, o melhor papel do professor é o impregnado na humildade biológica de limpar o caminho e livrar dos obstáculos a tendência da criança a assimilar conhecimentos e a se moldar. O autodidata nos mostra que o professor não é imprescindível.

O mesmo exemplo podemos tomar da medicina. O médico pode atribuir a si a cura de um doente e o público pode acreditar nisso. Mas quem cura uma doença é a tendência espontânea do organismo a restabelecer seu equilíbrio e as forças defensivas do mesmo. O médico melhor interpreta seu papel quando, também com humildade biológica, se limita a limpar de obstáculos e perturbações as defesas curativas. Não são poucas as vezes em que um doente é curado apesar do médico.

Para que as sociedades humanas se organizem e para que aperfeiçoem sua organização, não é necessário que ninguém procure por isto, basta que ninguém impeça nem interfira. É mais um simplismo querer melhorar o ser humano e querer substituir as tendências espontâneas do homem com artifícios de poder e de tutela. Com humildade biológica nós anarquistas pedimos caminho livre para as tendências e os instintos organizadores.

Sétimo preconceito: Antepor o conhecimento à experiência. É como querer que a destreza preceda o treinamento; a perícia, o ensaio; os calos, o trabalho.

Nos pedem desde o início um regime perfeito, uma garantia de que as coisas serão feitas deste jeito e não deste outro, sem calombos, sem erros. Se tivéssemos de aprender a viver dessa maneira, o aprendizado nunca terminaria. Nem a criança aprenderia a andar, nem o menino andaria de bicicleta, nem seria possível adquirir um ofício ou uma especialização. Pelo contrário, na vida as coisas são feitas da maneira inversa. Começa-se decidindo trabalhar, e trabalhando se aprende. O médico começa a exercer sem ter domínio de sua arte, o qual é adquirido tropeçando e se

equivocando e fracassando muitas vezes. Sem aprender economia doméstica previamente, uma mulher mantém sua família flutuando pela administração de um salário insuficiente. Um especialista se forma saindo pouco a pouco de sua inexperiência.

Viver em comunismo libertário será como aprenderemos a vivê-lo. Com a sua implantação é como nos serão mostrados seus pontos fracos e seus aspectos equivocados. Se fôssemos políticos, pintaríamos um paraíso cheio de perfeições. Como somos homens e sabemos o que é o ser humano, acreditamos que o homem aprende a andar somente do único modo que é possível aprender: andando.

Oitavo preconceito: Mediação de políticos. O pior de todos os preconceitos é crer que um ideal pode ser realizado pela mediação de alguns homens, ainda que estes não queiram ser chamados de políticos. O político se conforma em pôr um rótulo no frontispício de um regime e em escrever os novos postulados no papel constitucional. Assim pôde ser chamado de comunismo o da Rússia e República de Trabalhadores a espanhola, onde o número de trabalhadores de todas as classes é de onze milhões, e treze milhões o de desempregados. Se o comunismo libertário fosse realizado pelos políticos, teríamos que nos conformar com um regime que não teria nada de comunista nem de libertário.

À ação política, escamoteadora e enganosa, opomos a ação direta, que não é outra coisa além da realização imediata do ideal concebido, tornando-o um fato tangível e real e não uma ficção escrita e inalcançável nem uma promessa remota. É a execução de um acordo coletivo pela própria coletividade, sem colocá-lo nas mãos de nenhum messias nem encarregá-lo a nenhum intermediário.

O comunismo libertário será realizável na medida em que se fizer uso da ação direta e na medida em que se deixar de recorrer aos intermediários.

Organização econômica da sociedade

O comunismo libertário se baseia na organização econômica da sociedade, sendo o interesse econômico o único eixo de união que é buscado entre os indivíduos, por ser o único em que todos coincidem. A organização social não tem outra finalidade além de **colocar em comum** tudo o que constitui a riqueza social, ou seja, os meios e as ferramentas de produção e os próprios produtos, **tornar comum também a obrigação** de contribuir para a produção, cada qual com seu esforço ou com sua aptidão, e se encarregar logo de distribuir os produtos entre todos de acordo com as necessidades individuais.

Tudo o que não for função econômica ou atividade econômica, fica à parte da organização e à margem de seu controle, à mercê, portanto, das iniciativas e atividades particulares.

A oposição entre a organização por base política, comum a todos os regimes que se baseiam no Estado, e a organização por base econômica, em um regime que rejeita o Estado, não pode ser mais radical nem completa. Para destacá-la, continuamos com o quadro a seguir.

QUADRO COMPARATIVO

Organização política

1º Considera o povo menor de idade e incapaz de se organizar e de se reger sem tutela.

2º O Estado possui todas as virtudes. Na economia, no ensino, na administração da justiça, na interpretação do direito, no fomento da riqueza e na organização de todas as funções.

3º O Estado é soberano, tem em suas mãos a força (o exército, a polícia, a magistratura, as prisões). O povo está indefeso, desarmado, o que não impede de lhe chamarem de soberano nas democracias.

4º Os homens são agrupados segundo as ideias políticas, religiosas, sociais, ou seja, no mínimo de pontos, já que isto é precisamente no que os homens mais variam e discordam.

5º O Estado, que é uma minúscula minoria, pretende ter mais certeza, capacidade e sabedoria que as diversas coletividades sociais. “Um sabe mais que todos reunidos.”

6º O Estado, assentando uma norma fixa de uma vez por todas (constituição ou código), compromete o porvir e falsifica o vital, que é múltiplo e dinâmico.

Organização sindical

1º Considerando cada coletividade profissional apta para organizar seus assuntos privados, a tutela não é necessária, e o Estado é supérfluo.

2º A iniciativa passa para as organizações profissionais. O controle do ensino, aos professores. O da saúde, aos sanitaristas. O das comunicações, aos técnicos operários reunidos em assembleia. O controle da produção, à Federação de Sindicatos.

3º A força retorna à sua origem, já que cada grupo a dará a seus componentes, e, não estando acumulada, cada indivíduo terá sua parte, e a assembleia terá a que todos lhe concederem.

4º Os homens são agrupados pela identidade de suas preocupações e necessidades no sindicato, e pela convivência de lugar e comunidade de interesses no município livre. Deste modo, os pontos de coincidência são máximos.

5º A assembleia reúne em si o máximo de certeza, de capacidade e de sabedoria naquilo que profissionalmente lhe concerne. Todos juntos sabem mais que um sozinho, por mais sábio que este seja.

6º Na organização sindical, a norma de conduta a seguir é decidida a cada momento, de acordo com as circunstâncias.

Organização política

7º O Estado reserva tudo para si. Ao povo não resta nada para fazer além de pagar, obedecer, produzir e se conformar com a vontade suprema de quem manda. O Estado diz: “Dê-me o poder e eu os farei felizes”.

8º Divide a sociedade em duas castas antagônicas: a dos que mandam e a dos que obedecem.

9º Concede apenas ficções e direitos escritos: de liberdade, de soberania, de justiça, de democracia, de autonomia etc. a fim de manter sempre vivo o fogo sagrado da ilusão política.

10º O progresso e a evolução social conduzem o Estado, desde formas despóticas e absolutistas até o seu declínio. O fascismo é uma solução tardia, o socialismo também. Dissimula e encobre suas prerrogativas, para terminar perdendo-as pouco a pouco à medida que se desenvolve a consciência individual e de classe.

11º Na organização por base política, a hierarquia aumenta até o vértice. Por cima do povo, está o Conselho; por cima deste, a Câmara; por cima, o Senado; mais para cima, o governador; e ainda mais para cima, o Governo.

Organização sindical

7º À falta de intermediários e redutores, cada um deve procurar ordenar seus assuntos se habituando a prescindir de mediadores, se desprendendo, assim, da rotina de séculos e séculos de educação política.

8º Todos os cidadãos se reúnem na categoria única de produtores. Os cargos são administrativos, temporais, sem dar direito a se eximir da produção, e sempre graças às determinações das assembleias.

9º É a realização prática da liberdade econômica, que é o fundamental. Realiza a democracia, ou seja, o governo do povo pelo povo. Realiza o federalismo, reconhecendo a máxima autonomia e independência ao município e a toda entidade de produção.

10º A evolução leva as coletividades profissionais a um auge e aperfeiçoamento crescentes. Da defesa do interesse econômico egoísta do indivíduo, passaram a se capacitar para aceitar a responsabilidade de seu papel social.

11º Na organização econômica, a hierarquia aumenta em direção à base. Os acordos de um Comitê podem ser revogados por uma Plenária; os deste, por uma Assembleia; e os da assembleia, pelo povo.

A riqueza e o trabalho

Entre os habitantes de uma nação há duas coisas a serem repartidas: a riqueza, ou seja, os produtos para o consumo de toda a população, e o trabalho necessário para

produzi-la. Isto seria o justo e o equitativo, incluindo o racional. Mas, na sociedade capitalista, a riqueza é acumulada em um polo, o que não produz, e o trabalho se acumula em outro polo, o que não consome o necessário. Ou seja, exatamente o contrário do que acontece na Natureza, que sempre destina mais alimento, mais sangue, ao membro ou órgão que trabalha.

A riqueza está calculada em uma renda anual de 25.000 milhões de pesetas (1935). Bem distribuída, poderia alimentar bem toda a população da Espanha, os 24 milhões de habitantes, correspondendo a cada um pouco mais de 1.000 pesetas anuais. Uma família de cinco indivíduos teria portanto 5.000 pesetas anuais, o que permitiria generalizar a todos um relativo bem-estar econômico.

Mas como no regime capitalista o capital deve produzir 6 por cento de juros anuais e a autoridade deve ser medida pelo salário, para que uns possam cobrar milhões anuais tem que haver famílias inteiras que devem sobreviver com menos da metade do que corresponderia a cada indivíduo.

No regime comunista libertário não se trata de pesetas nem de reparti-las. Trata-se somente de produtos, que já não podem ser transformado em pesetas nem podem ser acumulados, e que são distribuídos entre todos de acordo com suas necessidades.

A outra coisa a repartir é o trabalho. E nela encontramos hoje a mesma desigualdade injusta e revoltante. Para que uns possam passar a vida de barriga para o alto, outros devem suar por oito horas de jornada diária, quando não dez ou catorze.

Se hoje sete milhões de trabalhadores estão ocupados em produzir a riqueza e lhes corresponde em média oito horas de trabalho diário, se os catorze milhões de habitantes úteis trabalhassem, a eles corresponderiam apenas quatro horas de jornada diária.

Esta é a dedução clara e acessível que é obtida de uma boa e justa distribuição. Esta é a utopia que o anarquista quer realizar.

Possibilidades econômicas de nosso país

A implantação do comunismo libertário em nosso país, isoladamente dos outros da Europa, nos tornará, como é de se presumir, a inimiga das nações capitalistas. A pretexto da defesa dos interesses de seus súditos, o imperialismo burguês tratará de intervir por meio das armas para arruinar nosso regime nascente. A intervenção armada por parte de uma ou de várias potências isoladas poderia servir para desencadear uma guerra mundial. Para não correr o risco da revolução social em seus próprios países, as nações capitalistas prefeririam a conduta sorrateira de financiar um exército mercenário, como fizeram na Rússia, que se apoiaria nos núcleos reacionários que tenham podido subsistir.

A lembrança de lutas semelhantes e de situações parecidas na história de nosso povo nos faz ter confiança na luta por nossa independência e nas condições topográficas de nosso solo. Se o povo experimentar as vantagens da mudança e conquistar um maior bem-estar, ele se tornará o mais decidido defensor do comunismo libertário.



Figs. 1 e 2: A hierarquia e o poder estão representados pela sombra. Acumulados no vértice no regime político, se tornam mais raros à medida que se aproximam da base. Ao povo é permitido em um dia a cada quatro anos se dar a ilusão de que ele é soberano. No Comunismo Libertário, a autoridade é diluída do povo, se concentra nas Assembleias e Congressos, para diminuir à medida que subimos em direção ao vértice.

A outra ameaça é o bloqueio que a marinha de guerra das nações capitalistas poderia exercer sobre nossas costas, obrigando-nos, assim, a contarmos apenas com nossos próprios recursos. Pela extensão de nossas costas, esta vigilância seria fácil de burlar. Mas sua possibilidade nos obriga a refletir antes sobre esta questão. Produzimos o bastante para poder prescindir por completo das importações?

Vejamos. As estatísticas atuais não são aplicáveis como um todo ao amanhã, porque seus números não apreciam tanto o que é necessário importar como o que é economicamente mais viável importar, o que nem sempre é o mesmo. Assim, por exemplo, o carvão pode ser produzido em nosso solo a partir de nossas jazidas abundantíssimas e, não obstante, é importado da Inglaterra, porque o carvão inglês compete em preço com o nosso. Não havendo necessidade, porque na Andaluzia ele é oferecido em abundância, foi importado trigo argentino este ano.

As estatísticas demonstram que somos autossuficientes em produção agrícola: exportamos azeite, laranjas, arroz, legumes, batatas, amêndoas, vinhos e frutas. Somos autossuficientes em cereais, não obstante a importação de milho. Somos autossuficientes em metais.

Mas somos tributários do estrangeiro em petróleo e seus derivados (gasolina, óleos pesados, lubrificantes etc.), em borracha, em algodão e em polpa de papel. Por ser a base dos transportes, a carência de petróleo poderia acarretar um sério contratempo na estruturação de nossa economia. Por isso, em caso de bloqueio, seria necessário focar as atividades conjuntas à intensificação das pesquisas em busca de fontes de petróleo, que ainda não foram encontradas ainda que se suponha que existam. O petróleo pode ser obtido por destilação do carvão betuminoso e dos lignitos, ambos abundantes em nosso país. Esta indústria já existe e teria que ser intensificada até que satisfizesse as necessidades. Pode-se economizar gasolina misturando-a com 30 ou 50 por cento de álcool, o que dá resultados excelentes em todos os motores. O álcool será inesgotável, pois é obtido do arroz, do trigo, da batata, da cana, da uva, da madeira etc. A borracha teria que ser obtida sinteticamente, como já se faz na Alemanha.

O algodão já é colhido em nosso país, sobretudo na Andaluzia, com grande êxito, e, a julgar por seu incremento progressivo, em breve será suficiente para as necessidades nacionais. Seria possível cultivá-lo em lugar de vinhas e oliveiras, duas produções que excedem nosso consumo.

A indústria da madeira pode ser incrementada até satisfazer as necessidades, compensando com a intensificação do reflorestamento. O eucalipto e o pinheiro são os melhores provedores de polpa de papel.

Mas tanto como a produção atual, nos deixam otimistas ter em conta as possibilidades de produção com que a Espanha conta, que pode ser considerada um país por colonizar, que não mobilizou nem uma décima parte de sua riqueza.

A energia elétrica é incalculável, inferior somente à da Suíça. Está ainda por começar a construção de reservatórios e tubulações de irrigação. Não cultivamos nem sequer a metade da superfície cultivável, calculada em 50 milhões de hectares. Estão por melhorar os cultivos, pela sua intensificação e pela disseminação da maquinaria agrícola. O regime de trabalho em comum permitirá incrementar sua produção ao dispersar em todas as terras de um Município as máquinas agrícolas que hoje só

cuidam dos bens do fazendeiro rico.



Fig. 3: Divisão da superfície nacional. 500 milhões de km²



Fig. 4: Divisão da superfície cultivável. 50 milhões de hectares.



Fig. 5: Divisão atual da população total. Espanha: 24.000.000 de habitantes. Entre os que trabalham, estão incluídos os que não produzem nada útil, como burocratas, militares, juízes etc., e muitos que não deveriam trabalhar por sua idade ou sua saúde. Os inúteis superam os úteis.

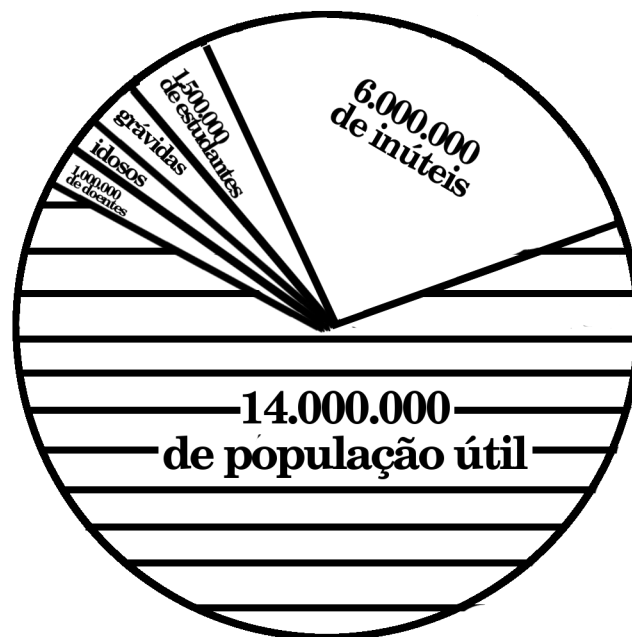


Fig. 6: Distribuição da população no Comunismo Libertário. Trabalham aqueles que devem trabalhar em justiça. Os úteis superam os inúteis.

Está por fazer o primeiro esforço para moldar a produção ao consumo. Nos sobra terra. Mas além de terra, nos sobram braços, que é o mesmo que dizer produtores em potencial.

O excedente de braços, longe de ser um problema para o regime comunista libertário, é, pelo contrário, a garantia de seu êxito. Se sobram braços, é lógico que isso nos demanda menos trabalho e deve-se ou reduzir a jornada ou aumentar a produção.

O excedente de braços nos oferece a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho por indivíduo, realizar o incremento dos trabalhos (construção de reservatórios e canais de irrigação, reflorestamento, aumento dos cultivos, incremento da produção siderúrgica e aproveitamento de quedas d'água etc.) e aumentar a produção em uma determinada indústria.

Graças à organização do trabalho por turnos, é fácil improvisar a equipe para aumentar ainda mais o rendimento de uma fábrica, para dobrar sua produção diária, sem aumentar o número de máquinas. A equipe atual, já considerada hábil, se divide em dois turnos para trabalhar um atrás do outro, e a cada turno são adicionados outros tantos aprendizes.

Por este procedimento, a produção nas indústrias mais insuficientes pode ser dobrada sem necessidade de pensar em estabelecer novas fábricas e sem que seja preciso aperfeiçoar ou aumentar a maquinaria.

Pode-se deduzir, por conseguinte, que nosso país pode se sustentar e resistir, portanto, ao rigor de um bloqueio durante vários anos. As soluções que hoje friamente ocorrem a nós que não somos técnicos serão superadas ao nos vermos acuados pela necessidade, estimulando nosso gênio e nossa criatividade pelas circunstâncias adversas.

Nem se pode confiar tudo à improvisação nem se pode desdenhar de sua ajuda nas circunstâncias críticas, pois é precisamente quando nos surgem mais recursos.

Realização

O Comunismo Libertário é baseado nos órgãos já existentes, graças aos quais é possível organizar a vida econômica na cidade e nas vilas tendo em conta as necessidades particulares de cada localidade. São o Sindicato e o Município Livre.

O Sindicato reúne os indivíduos, associando-os segundo a classe de trabalho ou a convivência diária no mesmo. São reunidos primeiro os operários de uma fábrica, oficina ou ocupação, constituindo a célula menor, com autonomia naquilo que lhe é concernente. Estas células, reunidas com suas semelhantes, formam a seção dentro do Sindicato de Ramo ou de Indústria. Há um Sindicato de Ofícios Vários para fundir aqueles que por si mesmos não podem constituir-se numericamente em Sindicato. Os Sindicatos da localidade estarão federados entre si, constituindo a Federação Local, que existe por um Comitê formado por delegação dos Sindicatos, por uma Plenária, constituída por todos os Comitês, pela Assembleia Geral, que é a que definitivamente possui a soberania máxima.

O Município Livre é a Assembleia dos trabalhadores de uma localidade pequena, de uma vila ou aldeia com soberania para entender todos os assuntos da localidade. Instituição de raízes antigas, ainda que mediada pelas instituições

políticas, pode recuperar sua antiga soberania, encarregando-se da organização da vida local.

A economia nacional resulta da coordenação entre as diversas localidades que a compõem. Quando cada localidade tiver isoladamente sua economia bem administrada e ordenada, o conjunto será harmônico e o acordo nacional, perfeito. Não se quer impor a perfeição de cima, mas se quer vê-la florescer na base, para que ela seja um resultado espontâneo, e não um efeito forçado. Se o acordo entre os indivíduos é estabelecido pela relação entre eles, o acordo entre as localidades é o efeito da mesma relação, da relação circunstancial e periódica das plenárias e dos congressos, e da relação persistente e continuada estabelecida pelas Federações de Indústria que possuem este papel especial, as de comunicações e de transportes, indústrias que não podem ser submetidas a um interesse local, mas que é necessário sujeitar a um plano nacional.

Estudaremos por separado a organização na cidade e a da economia geral.

No campo

É no campo onde a realização do Comunismo Libertário apresenta a maior simplicidade, pois é reduzida a colocar em vigor o Município Livre.

O Município ou Comuna Livre é a reunião em Assembleia (Conselho) de todos os vizinhos de uma vila ou aldeia, com soberania para administrar e ordenar todos os assuntos locais, mas em primeiro lugar a produção e a distribuição.

Hoje, o Conselho está tutelado, por ser considerado menor de idade, e seus acordos podem ser revogados pela Câmara, pelo Senado e pelo Governo, três instituições parasitárias que vivem ao seu custo.

No Município Livre, não só uma parte do território municipal, como ocorre hoje, mas tudo localizado em sua jurisdição será de propriedade comum: montes, árvores e pastos; terras aráveis; gado de trabalho e de corte; edifícios, máquinas e implementos agrícolas; e os gêneros e produtos armazenados ou acumulados em excesso pelos vizinhos.

Não existirá, portanto, a propriedade particular além da em usufruto daquilo que cada qual necessita, como a moradia, as vestimentas, os móveis, as ferramentas de ofício, a parcela de horta que cabe a cada vizinho e o gado menor ou as aves de curral que se queira ter para consumo ou distração.

Tudo o que exceder as necessidades poderá ser recolhido a qualquer momento pelo Município, mediante acordo em Assembleia, pois tudo o que acumulamos sem necessitar não nos pertence, já que o subtraímos aos demais. A Natureza nos dá um título de propriedade sobre o que precisamos, mas do que excede a nossa necessidade não podemos nos apropriar sem cometer um despojo, sem usurpar da propriedade coletiva.

Todos os vizinhos serão iguais: 1º para produzir e cooperar com a sustentação da comuna, sem outras diferenças além das de sua aptidão (idade, profissão, preparo etc.); 2º para intervir nas decisões administrativas nas Assembleias; 3º para consumir de acordo com suas necessidades ou segundo um racionamento inesperado.

Quem se negar a trabalhar para a comunidade (exceto as crianças, os doentes e

os idosos) será privado dos demais direitos: a deliberar e a consumir.

O Município Livre estará federado com os de outras localidades e com as Federações de Indústria nacionais. Cada localidade oferecerá ao intercâmbio seus produtos excedentes para pedir em troca dos que necessita. Contribuirá com prestação pessoal a obras de interesse geral, como ferrovias, estradas, reservatórios, quedas d'água, reflorestamento etc.

Em troca desta cooperação ao interesse regional ou nacional os vizinhos do Município Livre poderão se beneficiar dos seguintes serviços públicos: correios, telégrafos, telefones, ferrovias e transportes; luz e energia elétrica, com suas derivações progressivas; asilos, hospitais, sanatórios e balneários; ensino superior e universitário; artigos e gêneros não fabricados na localidade.

O excesso de braços será compensado com trabalhos e produções novas às quais a localidade se preste, e distribuindo a jornada entre todos, reduzindo as horas de trabalho, a duração da jornada diária para cada operário.

O aldeão não deve se assustar com este Município Livre porque de maneira muito semelhante seus ascendentes viveram. Em todas as vilas existe trabalho em comum, propriedade comunal mais ou menos extensa, aproveitamentos comuns (lenha ou pasto). Nos costumes rurais, há ainda registros e procedimentos para solucionar todas as dificuldades que possam ser apresentadas, nos quais a vontade de um indivíduo nunca deve decidir, ainda que ele tenha sido eleito para isso pelos demais, sem o acordo de todos.

Na cidade

Na cidade, o Município Livre está representado pela Federação Local, podendo existir organizações de bairro parecidas nas grandes populações. A Federação Local de Sindicatos de Indústria tem sua soberania máxima na assembleia geral de todos os produtores da localidade.

Sua missão é ordenar a vida econômica da localidade, mas especialmente a produção e a distribuição, em vista das necessidades da localidade e em vista também das demandas de outras localidades.

No momento da revolução, os Sindicatos tomam posse coletiva das fábricas, lojas e oficinas; das moradias, edificações e terras; dos serviços públicos e dos gêneros e matérias-primas armazenadas. A distribuição é organizada pelos sindicatos produtores, valendo-se de Cooperativas ou dos locais de lojas e mercados.

Para desfrutar de todos os direitos, é necessário o carnê de produtor, expedido pelo Sindicato respectivo, no qual constem, além dos dados precisos para o consumo, como por exemplo o número de familiares, os dias e as jornadas que trabalha. Somente são eximidos disto as crianças, os anciãos e os doentes.

O carnê de produtor confere todos os seguintes direitos: 1º a consumir de acordo com o racionamento ou a necessidade todos os produtos distribuídos na localidade; 2º a possuir para usufruto uma casa decente, móveis indispensáveis, aves de curral no quintal, ou uma parcela de horta ou jardim se a coletividade assim concordar; 3º a usar os serviços públicos; 4º a tomar parte nas decisões plebiscitárias da fábrica ou oficina ou ofício, da Seção, do Sindicato e da Federação Local.

GUIA DE PRODUÇÃO POR REGIONAIS CONFEDERAIS

Galícia	Astúrias	Norte
Pesca (La Coruña) <i>Criação de gado</i> bovino Carne e leite <i>Milho, batata</i> Ovos Alcool (Orense) Pinho marítimo, faia, carvalho e castanheiro	<i>Mineiração</i> (carvão) Pesca Carne e leite Alcatrão Pinho e faia Agricultura Cereais, Legumes Madeira de carvalho Panos (Béjar) Leon	<i>Indústria siderúrgica e mineira</i> (ferro) Papel Pesca Madeiras de faia e carvalho Sal-gema (Cabezón de la Sal) Cimento artificial <i>Leite</i> (Santander) Fábricas de juta Alcatrão Lignito (Santander)
Aragón, Rioja e Navarra <i>Agricultura</i>, Vinhas <i>Açúcar</i> (Saragoça) Madeira de pinho (Teruel) Superfosfatos Cimento artificial Frutas e hortaliças Energia elétrica	Catalunha <i>Indústria têxtil</i>, Algodão Siderúrgica, Pele de vidro Cimento artificial e natural Sal comum e salitre (Cardona) Superfosfatos Alcool Vinhedo Azeite Pesca Lignito (Barcelona e Lérida)	Baleares Azeite Laranjas Ovos Pesca Superfosfatos
Ambas Castilhas <i>Agricultura</i>, Cereais <i>Trigo</i>, Legumes Fruta, Vinhedo Lã Alcool (La Mancha) Madeira de pinho (Cuenca) Resina (Segoria, Soria e Guadalaajara) Seda	Extremadura e Andaluzia <i>Agricultura</i>, Trigo e azeite Algodão Indústria siderúrgica <i>Mineração</i> (Almadén, Bélmex, Riotinto e Minas del Soldado) Açúcar (Granada) Antracite (Córdoba) Cortiça (Cádiz) Esparto e uva (Almería) Pesca, Atum (Huelva)	
<i>Hortas e Agricultura</i> <i>Laranja e Arroz</i> Sal marinho (Alicante) Panos (Alcoy) Superfosfatos (Alicante)	Levante Siderúrgica (Sagunto, Valência e Cartagena) Indústria da madeira Papel Esparto e seda	Canárias <i>Agricultura</i> Pesca Ovos

Sindicatos	Seções	Células	Distribuição
Alimentação	- Panificadora - Carnes e pescados - Leite, ovos e derivados - Hortaliças e frutas	Fábricas e Padarias Matadouros e fábricas Granjas e vacarias Hortas	Padarias e postos de distribuição Acougues e postos Postos ambulantes Postos
Vestimenta	- Têxtil - Pele - Confeção	Fábrica de tecidos Curtumes Alfaiates e sapateiros	Armazéns Armazéns
Construção	- Arquitetos e técnicos - Pedreiros e assistentes - Carpinteiros - Pintores	Edificação e pavimentação Obras e oficinas Obras e oficinas Obras e oficinas	
Artes Gráficas Ensino	- Imprensa, prensas, editoras, fábricas - Mestres e professorado, escolas e universidades, Internatos		Livrarias e papelarias
Saúde	- Médicos e praticantes - Dentistas - Farmacêuticos - Auxiliares	Visita domiciliar, hospitais Gabinetes Laboratórios Hospitais, sanatórios etc.	Farmácias
Comunicações	- Engenheiros e técnicos - Correios - Ferrovias - Telegrafos e telefones - Transporte	Construção e reparo Postais e ambulâncias Linhas e oficinas Centrais e redes Tração animal e a motor	
Metalurgia	- Técnicos - Mineradora, altos fornos - Maquinaria - Manufatura	Indústrias e minas Pedreiras e fábricas Fábricas Idem	Serralherias
Camponeses	- Técnicos - Agricultura - Criação de Gado	Peritos agrícolas, veterinários Explorações Granjas	Intercâmbio
Força motriz	- Técnicos - Quedas d'água	Centrais, redes	
Ofícios vários			

A Federação Local irá atender às necessidades da localidade e desenvolver sua indústria específica, aquela para a qual tiver melhor disposição ou aquela que as necessidades nacionais mais precisarem.

Em Assembleia Geral os braços serão distribuídos entre os diversos Sindicatos e estes os distribuirão entre suas seções, assim como estas entre as entidades de trabalho, procurando sempre evitar a desocupação e aumentar a jornada de produção diária pela alternância de operários em uma indústria ou diminuir o número de horas da jornada por trabalhador na devida proporção.

Todas as iniciativas que não forem puramente econômicas devem ficar à mercê da iniciativa particular de indivíduos ou grupos.

Cada sindicato deve tratar de levar a cabo as iniciativas que resultam em benefício de todos, especialmente as que forem dirigidas à defesa da saúde do produtor e a tornar o trabalho agradável.

Ordenação da economia geral

A coerção econômica obriga o indivíduo a cooperar na vida econômica da localidade. A mesma coerção econômica deve pesar sobre as coletividades, obrigando-as a cooperar na economia nacional. Mas esta não deve depender de um Conselho Central nem de um Comitê Supremo, germens de autoritarismo e focos de ditadura, assim como ninhos de burocratas. Dizemos que não necessitamos de um arquiteto nem de um Poder ordenador estranho ao acordo mútuo entre as localidades. Quando todas as localidades (cidades, vilas e aldeias) tiverem ordenado sua vida interior, a organização social será perfeita. E podemos dizer mais sobre as localidades: quando todos os indivíduos que a compõem tiverem a satisfação de suas necessidades assegurada, a vida econômica do Município ou da Federação também será perfeita.

Em biologia, para que um organismo desfrute de fisiologia adequada ou de normalidade, é necessário que cada uma de suas células cumpra com seu papel, e para isto é preciso uma coisa: assegurar o fluxo sanguíneo e a relação nervosa. O mesmo podemos dizer de uma nação. A vida nacional é assegurada e normalizada enquanto cada localidade preenche seu papel, tendo assegurado o fluxo sanguíneo que leva aquilo de que se carece e livre daquilo que prejudica, isto é, o transporte, e que ponha em relação umas localidades com outras para fazer-lhes conhecer suas necessidades mútuas e possibilidades por meio das comunicações.

E aqui vem o papel das Federações Nacionais de Indústria, organismos adequados para a estruturação de serviços coletivizados que precisam ser submetidos a um plano nacional, como comunicações (correios, telefone, telégrafo) e transportes (ferrovias, barcos, estradas e aviões).

Por cima da organização local não deve existir nenhuma superestrutura, além daquelas com uma função especial que não puder ser desempenhada localmente. Os congressos são os únicos que interpretam a vontade nacional e exercem circunstancial e transitoriamente a soberania que os acordos plebiscitários das assembleias lhes conferem.

Além das Federações Nacionais dos Transportes e das Comunicações, podem existir Federações Regionais ou Comarcais, como as hidrográficas, as florestais ou as

de energia elétrica.

Estas Federações Nacionais tornarão de propriedade comum vias, redes, edifícios, máquinas, aparatos e oficinas, e oferecerão livremente seus serviços às localidades ou aos indivíduos que cooperarem com seu esforço particular para a economia nacional, oferecendo seus gêneros ou produtos excedentes; prestando-se a sobreproduzir aquilo que as necessidades nacionais requererem e que estiver dentro de suas possibilidades; e contribuindo com sua prestação pessoal aos trabalhos que estes serviços precisarem.

É missão das Federações Nacionais de Comunicação e Transporte colocar em relação umas com as outras todas as localidades, incrementando o transporte entre as regiões produtoras e as consumidoras, e dando preferência aos artigos perecíveis que devem ser consumidos rapidamente como o peixe, o leite, as frutas e a carne.

Da boa organização dos transportes depende a segurança do abastecimento das localidades necessitadas e a descongestão das sobreprodutoras.

Nem um cérebro único nem uma oficina de cérebros pode fazer esta ordenação. Os indivíduos se entendem se reunindo, e as localidades, se relacionando. Um guia de instruções com a produção particular de cada localidade permitirá facilitar os abastecimentos, orientando no que se pode pedir a uma localidade e no que se pode oferecer a ela.

Que a necessidade obrigue os indivíduos a juntar seus esforços para contribuir para a vida econômica da localidade. Que a necessidade, também, force as coletividades a reunir suas atividades em um intercâmbio nacional, e que o sistema circulatório (transportes) e o sistema nervoso (comunicações) cumpram com seu papel no estabelecimento das relações interlocais.

Nem a ordenação da economia nem a liberdade do indivíduo exigem mais complicações.

Conclusão

O Comunismo Libertário é uma rota aberta para que a sociedade seja organizada espontânea e livremente, e para que a evolução social seja operada sem desvios artificiosos.

É a solução mais racional do problema econômico, pois responde a uma distribuição equitativa da produção e do trabalho preciso para alcançá-la. Ninguém deve fugir desta necessidade de cooperar com seu esforço para a produção, já que é a própria Natureza que nos impõe esta dura lei do trabalho, nos climas em que o alimento não é produzido espontaneamente.

A coerção econômica é a ligação social. Mas é e deve ser também a única coerção que a coletividade deve exercer sobre o indivíduo. Todas as outras atividades, culturais, artísticas, científicas, devem ficar à margem do controle da coletividade e nas mãos dos grupos que sentirem desejo por seu culto e fomento.

Como a jornada de trabalho obrigatório não esgotaria, como esgota hoje, a capacidade de trabalho do indivíduo, à margem da produção controlada existiria outra, livre e espontânea, fruto da afeição, do entusiasmo, e que encontra satisfação e recompensa em si mesma. Nesta produção está latente o gérmen de outra sociedade, a

que o anarquismo exalta e propaga, e quando ela satisfizer as necessidades da Sociedade, ela tornará desnecessária a tutela econômica das organizações sobre os indivíduos.

Nos fazem mil objeções, em geral tão vazias que não merecem ser refutadas. Uma muito repetida é a da preguiça. A preguiça é o fruto natural de climas exuberantes, que é onde a Natureza justifica o ócio, tornando o indivíduo indolente. Reconhecemos o direito de ser preguiçoso, sempre que quem quiser sê-lo consinta em permanecer sem a ajuda dos demais. Vivemos em uma Sociedade na qual o preguiçoso, o inepto e o antissocial são os sujeitos que prosperam e gozam da abundância, do Poder e das honrarias. Se renunciarem a tudo isto, não há inconveniente em conservá-los para exibi-los nos museus ou nas salas de espetáculos, como são exibidos hoje os fósseis de animais.

A SOCIEDADE DO PORVIR: O COMUNISMO ANÁRQUICO

A crise econômica mundial, sintoma de morte da economia capitalista

Às formas sociais acontece o mesmo que ao ser humano: nascem com dificuldade, lutando com numerosos entraves e vigilância; crescem e se desenvolvem até alcançar um limite determinado, e, a partir deste limite, começam a declinar, envelhecem e morrem.

Este limite de desenvolvimento é determinado em todos os seres vivos pelo grau de aproveitamento do alimento assimilado, ou pela diminuição do consumo, e a velhice se inicia assim que começa a haver incapacidade para aproveitar ou para destruir o alimento ingerido.

Isto é precisamente o que está acontecendo com a sociedade capitalista. Teve o seu maior auge e esplendor no industrialismo, no domínio da máquina e na contribuição da técnica. Pôde chegar a produzir todos os artigos em quantidades enormes, a preços improváveis, e prescindindo cada vez mais do trabalho do operário. Este crescimento teria um limite, o que agora estamos passando: que fossem produzidos artigos em maior quantidade do que o mercado poderia consumir, e que sobrassem braços em tal medida que os desempregados formassem exércitos de famintos em todas as nações de progresso industrial.

Sobram produtos: deve-se queimar 8 milhões de sacos de trigo na América do Norte para sustentar os preços no mercado. O café é queimado no Brasil, na casa das locomotivas. Fábricas são fechadas, as explorações mineiras são paralisadas. E são calculados em 30 milhões o número de operários em desemprego forçado no mundo. O capitalismo, sem ter chegado a pôr em prática todo o progresso mecânico que hoje a técnica permite, sem ter espremido todo o suco da racionalização do trabalho, e sem que a Ciência tivesse dado de si o aperfeiçoamento que promete dar, o capitalismo, repito, se asfixia; ele é declarado incapaz de continuar incrementando e barateando a produção, e de continuar permitindo a vida à humanidade toda. Se continuar vivendo, deverá ser como um organismo caduco, renunciando ao progresso, e condenando a fome a um exército de milhões de criaturas.

Suas contradições primárias lhe condenam à morte: quanto mais os produtos abundam, mais fome existe. Proíbe em todas as nações os anticoncepcionais por medo de que a população seja reduzida, e fecha as fronteiras, possui cada vez mais desempregados, e sonha com uma matança mundial que o livre do excesso de população. E renuncia ao progresso político, à democratização dos Governos e à libertação dos Estados, depois de ter substituído a democracia e a liberdade, deitando-se nos braços da Ditadura, aumentando a tirania do Estado e condenando os povos a uma escravidão aviltante.

A consciência de classe do proletariado, sintoma de vida da sociedade nascente

Sempre que um ser ou uma forma viva começa a se desintegrar para morrer ou

desaparecer, há a germinação e o nascimento da nova forma ou do novo ser que irá substituí-lo, pois na natureza nada se perde, nem se destrói, tudo se transforma e aproveita, tanto a matéria como a energia.

Foi a filosofia a primeira a dizer ao operário: “Você é um homem despossuído de todos os direitos, pois já ao nascer encontrou todo o patrimônio da Natureza repartido; você é um escravo da organização do Estado que lhe vigia com suas Instituições para que você não se rebele; é um ser explorado, espremido como um limão entre as mãos do capitalismo, que é jogado fora quando não dá suco”. Mas é a vida, as circunstâncias malditas que hoje vive e a experiência histórica por que passa que hoje lhe dizem com voz mais convincente que a da filosofia que você é um ser amarrado e explorado que não tem nada a perder, e que tem tudo a conquistar; que o Estado apropriou em suas mãos todo o poder arrancado dos indivíduos e se sustenta sobre a força dos servidores assalariados, irmãos renegados de sua classe. O mantém na ignorância, com o ópio da religião ou com o do ensino laico. Excita seu patriotismo embrutecedor, para lançá-lo aos massacres guerreiros. Tudo está cimentado sobre sua mansidão de classe, sobre sua candidez secular, sobre suas grandes goelas de idiota predestinado a todos os engodos. É assim, neste estado de servilismo degradante, que o Capitalismo o usa para enriquecer com seu suor, e para explorá-lo refinadamente.

O movimento emancipador do proletariado, dirigido pela filosofia, pelas concepções ideológicas de uma nova sociedade, nasceu nas circunstâncias mais hostis e teve que resistir aos mais furiosos embates, e superar os desvios e enganos mais sedutores. Os políticos com seus programas de oposição, cheios das promessas mais deslumbrantes, esterilizaram múltiplos esforços e perderam tempo com disputas verbais e corridas de arrivismo, que indefectivelmente terminam na elevação do charlatão sobre os ombros do cândido eleitor. À força de enganações, de percorrer todos os falsos caminhos, vai conseguindo se orientar e acertar a direção exata.

A luta está preparada

Uma sociedade capitalista, que se agarra a formas ditatoriais de Estado, e que se vê cada dia mais arruinada na crise econômica, na incapacidade de nivelar a economia, e um proletariado cada vez mais desperto e cada dia mais insurgente, que tenta derrubar o velho edifício para por sobre suas ruínas implantar um regime de maior justiça e igualdade, mais racional e mais humano. Uma luta decisiva entre aquele que não se conforma em morrer e se defende com toda a crueldade de sua violência organizada e aquele que luta para vir à vida se livrando dos escombros em que querem que se afogue. Na Natureza, sempre triunfou o novo sobre o velho: o nascente e impreciso sobre o decrépito e de forma acabada. Não é preciso ser profeta para predizer o porvir.

O direito de desfrutar da riqueza social para uns poucos em troca da fome e das privações dos demais não pode ser cimentado sobre nada além da força. O caos econômico do capitalismo, que rende culto reverencial ao ouro, sacrificando a vida e a saúde do homem, só pode persistir edificado sobre o cesarismo da instituição estatal. A escravidão moderna que pesa sobre o proletariado só pode ser afirmada na rigidez da organização do Estado.

Nos colocando frente a todos os redentores, dissidindo do concerto de vozes bajuladoras, o Anarquismo apresenta o Estado como a causa fundamental da exploração do operário, e como a causa fundamental da infelicidade humana.

O Estado

Trata-se mais do que do Governo de uma nação. Não importa o sobrenome com que é designado: seja monarquia ou república, seja ditadura ou democracia, o Estado é uma Instituição complexa enraizada na vida de uma nação, que coloca a garra sobre todas as atividades humanas, a fim de fazer acreditar que nada pode ser feito sem sua mediação. Tem uma Constituição à qual todos os direitos civis estão condicionados e à vontade do que manda; códigos que possuem uma pena para cada classe de abuso individual, que castiga tudo quanto as atribuições do poder podem minguar; uma magistratura encarregada de administrar esta farsa de Justiça; cadeias para prender os que ousarem trabalhar por conta própria, ou se rebelarem contra o instituído; polícia, corpos armados, pistoleiros e fuzileiros contratados que, como os carrascos, matam e maltratam quando lhe é ordenado; e, por último, um exército que trabalha pela paz preparando-se para a guerra, e que é uma escola de embrutecimento para todos os cidadãos úteis.

O cidadão deve evitar fazer tudo o que o Estado proíbe, e cumprir tudo o que o Estado manda. Nisto consiste a ordem. Não há atividade que não esteja catalogada e enquadrada. Todos os seus direitos estão escritos com a etiqueta “Com exceção do caso em que a autoridade considerar...”, o que equivale não a afirmar e garantir um direito, mas a negá-lo.

O indivíduo é escravo desta armação. Dentro dela fica sem iniciativa, sem liberdade, sem voz e sem razão. O Estado lhe ampara quando quer renunciar e passar fome, e quando quer explorar legalmente as pessoas necessitadas.

Para condicioná-lo ao jogo e acomodá-lo em sua tirania, lhe oferece de vez em quando a ilusão de eleger os governantes, os árbitros desta Instituição. Todo cidadão pode se tornar rico, se ganhar na loteria. Todos podem ser poderosos, se conseguirem ser eleitos para o comando. Nisto consiste a *democracia*. Durante muitos anos, os descontentes e deserdados depositaram sua esperança em mudar de condição trocando de Governo. Ainda há quem a deposite na conquista do Estado, no que não diferem os comunistas estadistas dos fascistas. Um súdito de Mussolini vive tão acorrentado quanto um súdito de Stalin. A doutrina vem a ser a mesma: Mussolini oferece a máxima rigidez do Estado para acorrentar o proletariado, matando suas rebeldias. Lenin usa da mesma doutrina contra o capitalismo, mas o proletariado termina também acorrentado. O que triunfa em ambos os casos é o Estado. O que se afoga, também em ambos os casos, é a liberdade individual.

A solução para o proletariado, escravo do Estado e explorado pelo Capital, está na direção anarquista: na supressão do Estado. Tão somente nesta direção pode se emancipar e se libertar.

A maldade do Estado não depende dos indivíduos que o regem, nem a maldade do dinheiro dos homens que o possuem. No Poder, todos os homens são igualmente

odiosos e despóticos. Na posse de riquezas, todos são vorazes e insaciáveis, todos esquecem os sofrimentos do esfomeado. Como o álcool, são um veneno para o homem, não concedem nenhuma virtude nem conferem nenhuma excelência, mas, em troca, sugam seu cérebro, fazendo-o perder sua simplicidade e dignidade humana.

O que une os homens é aquilo que eles têm em comum

A comunidade de moradia, de alimentação e de carinho é a origem da união familiar. A comunidade de residência e de interesses une entre si os vizinhos de uma vila e aqueles que professam um mesmo ofício. A comunidade de pátria une os habitantes de um mesmo território, os que falam um mesmo idioma ou possuem uma mesma vinculação ao clima.

Pelo contrário, o que separa os homens é a propriedade particular, o *teu* e o *meu*: entre irmãos, a posse de um objeto ou a divisão do patrimônio; entre vizinhos, as propriedades rivais; entre nacionais, o costume diferente, ou o clima diferente. E a desunião é ainda maior, e o ódio tão mais vivo, quanto mais agudo é o desnível e mais injusta é a divisão de uma coisa. A propriedade privada dos bens naturais ou dos criados pelo homem é, portanto, uma causa profunda de inimizade, e de guerra e de morte, quando alcança as proporções de desigualdade irritante que hoje lamentamos. O mesmo ocorre com a divisão de Poder, acumulado em excesso em alguns, com perda dos que ficaram indefesos. E o mesmo também com a divisão do saber, concentrado em alguns, que possuem um título acadêmico, com minguagem e à custa dos que não puderam receber nada.

A paz social, a convivência pacífica e espontânea à qual o homem aspira, não pode ser alcançada por outro modo além de tornar o usufruto da riqueza, do Poder e do Saber o mais comum possível. Para que este usufruto seja comum, é necessário que ninguém o possua com perda ou minguagem de outro, mas que todos tenham acesso à parte que precisem ou gostem de aproveitar.

A isto é dirigido o Comunismo, aquele que chamamos de libertário ou anarquista para diferenciá-lo do socialista ou estatal, que na Rússia não colocou em comum nem o Capital, nem o Poder, nem o Saber, três coisas que o Estado bolchevique monopolizou, deixando para o operário a obrigação de trabalhar, pagar e alimentar os parasitas.

A fraternidade humana só pode ser baseada sobre a comunidade de interesses e a posse comum dos bens naturais, e no suporte comum da carga do trabalho.

As aspirações do homem

O homem carrega em si apetites insaciáveis de bem-estar, de liberdade e de conhecimento. É o impulso que leva a um progresso incessante, e o que move as ações mais esforçadas: *bem-estar* consiste na possibilidade de satisfazer as necessidades de seu organismo, livrando-se da carga do trabalho e das incomodidades da vida; *liberdade* de dispor de si mesmo, à margem, que a Natureza lhe deixe livre, sem encontrar uma vala ou um capricho de seus semelhantes; *fome de conhecimento*, de

penetrar nos mistérios da Natureza e nas conquistas da Ciência.

Estas três aspirações são negadas ao proletariado, e por isso constituem o incentivo de sua emancipação. Primeiro, o direito a viver, a preencher as necessidades mais peremptórias. Segundo, o de dispor de sua vida, de sua iniciativa, e poder ordenar, sem pressão de ninguém, seus próprios assuntos. Por último, completar estas conquistas com o Saber. Para todos os indivíduos, a ordem de preferência é a mesma, com algumas variações entre uns e outros de acordo com seu caráter e seu modo de ser: desde aquele que em troca de comida sacrifica sua liberdade, estando ao gosto do quartel ou na prisão ou a serviço do Estado, até o que prefere a liberdade antes de tudo, renunciando às comodidades e ao bem-estar.

Resumindo

Aumentar ao máximo o que deve haver de comum entre os homens é o que constitui o COMUNISMO. É diminuí-lo, para não dizer destruí-lo, querer reduzi-lo a uma manjedoura, como fez o bolchevismo. É um falso caminho o da conquista do Estado, porque ele representa a sua negação, e porque definitivamente o Estado é o conquistador, aquele que perverte os homens bem intencionados com a sedução do comando, uma coisa que embriaga como o álcool. O poder deve ser comum para que cada um possa amparar nele a sua própria liberdade. O COMUNISMO, para poder ser chamado de tal, deve receber o sobrenome ANARQUISTA. Assim entenderam também aqueles que, ao implantá-lo na Rússia, afirmaram que iam em direção à Anarquia, e desculpam a Ditadura como provisória, coisa que todos os tiranos sempre tiveram o cuidado de dizer.

Esboço de uma sociedade comunista-libertária

Esta é assentada sobre o indivíduo, guardando cuidadosamente a sua independência. Tem todos os direitos, porque nenhuma Constituição, nem nenhum código os garante. Estará associado aos demais, porque o homem é um ser sociável por natureza e porque encontrará vantagens na vida coletiva. Isoladamente, nenhum indivíduo pode produzir tanto quanto necessita, nem sustentar a si mesmo. Robinson o foi à força. O homem quer se libertar do trabalho, que sempre se fez gravitar sobre o escravo. O escravo moderno deve ser a máquina. O trabalho em comum é menos desagradável, mais tolerável que o trabalho isolado; é melhor aceito, porque ninguém se livra dele; produz mais porque as aptidões se completam e as deficiências são neutralizadas.

O homem se associa livremente com quem deseja porque o faz por estímulo próprio: para produzir o necessário; para deliberar sobre assuntos que são comuns; para desempenhar atividades educativas ou culturais; para desenvolver empresas de iniciativa de qualquer ordem.

Quanto mais coisas tiverem ou desfrutarem em comum, maior será a união entre os indivíduos. Por terem a mesma residência, as mesmas terras e riquezas naturais e por compartilharem necessidades idênticas, os homens se associarão com a

intimidade que a convivência diária proporciona em cada localidade, constituindo o Município ou a Comuna Livre, que tem sua expressão coletiva na Assembleia, na reunião geral, na qual todos têm a mesma voz e as mesmas prerrogativas, onde são expostas as opiniões e os pareceres são equilibrados. Esta é uma instituição espontânea e arraigada, comum a todos os povos, apesar do desfiguramento imposto sobre ela pela política e pela intromissão do Estado. Assim como dentro da Comuna, cada indivíduo conserva sua independência e autonomia para ordenar seu desejo, o que compete exclusivamente a ele, a localidade é federada com outras conforme a mesma exigência vital e a mesma necessidade sentida, sem necessidade de nenhuma coerção que o imponha, e conserva também sua autonomia e sua independência local porque nenhum poder estranho as compromete. Assim são constituídas as províncias ou as confederações comarcais e regionais, impostas em primeiro lugar por imperativos econômicos: para a produção dos artigos de primeira necessidade e para a distribuição dos mesmos.

A associação local neutraliza as desigualdades humanas, compensando o preguiçoso com o ativo, o forte com o débil, e o comilão com o sóbrio, tornando possível a generalização de um tipo de bem-estar médio dentro de cada localidade. A federação das localidades conserta com a contribuição abundante de algumas localidades a escassez ou penúria de outras, generalizando na nação um tipo médio de bem-estar, sem as desigualdades impostas pelo terreno ou pelo clima.

Outro poderoso impulso associativo é a identidade de trabalho, a comunidade de ofício e de preocupações profissionais, que é o que hoje é constituído pelos Sindicatos. Dentro das cidades de população abundante, a associação local será formada por agrupações menores de indústria, ramo ou ofício, que serão importantes na ordenação coletiva da economia.

Para que o homem se associe, e para que se entenda com outros, e para que trabalhe de uma maneira em acordo com um bem-estar geral, do qual o indivíduo participe vantajosamente, não é necessária a pressão de uma autoridade, nem a sanção de um Código, assim como não é preciso um Código Internacional para que todas as nações cooperem para o salvamento da expedição de Nobile, perdida no Polo Norte, nem é preciso uma lei impondo que alguém se jogue na água e arrisque sua vida para salvar outro que nem sequer conhece.

A sociedade humana é possível porque o homem é um animal sociável. O Estado não é mais que uma verruga sobreposta que pode ser amputada sem que ocorra nenhum cataclismo, produzindo um alívio inimaginável à sociedade que dele padece. Se o homem é suscetível à persuasão, não há porque impor a violência. A violência só é necessária quando a razão não basta e quando, como agora, é preciso que alguns sejam conformados a trabalhar para que outros desfrutem e alguns renunciem a tudo para que outros não precisem de nada.

As leis – o reconhece até quem delas goza – não fazem costumes. Pelo contrário, são os costumes que por reconhecimento tácito cobram força das leis. Acontece com isso o que acontece com a saúde do homem. Hoje, perante um exemplo de trabalhador que vive saudável aos oitenta anos sem ter precisado de médico, ninguém fingirá que a Medicina é a garantia da saúde, mas com o passar dos anos, a julgar pelo caminho que tomamos, com a Saúde sendo misturada em todos os nossos atos, se chegará a dizer

que os homens vivem saudáveis graças aos cuidados diligentes dos médicos.

Uma sociedade formada espontaneamente a partir do indivíduo livre e disposto a defender a todos os seus a independência de qualquer vigilância autoritária, mas disposto, também, sem contradição, a adiá-la ante a conveniência coletiva. Não há contradição, assim como não a há entre os instintos mais arraigados no homem, entre o *egoísmo*, que é o instinto de preservação do indivíduo, e o *altruísmo*, que é o instinto de conservação da espécie. É precisamente o egoísmo que nos faz ser sociáveis, quando nos vemos amparados na coletividade, e o altruísmo que agora nos faz insurgir contra a sociedade capitalista.

Excede-me dizer como será a nova sociedade, pois isso seria ostentar uma imaginação novelesca que não tenho, ou traçar uma via à livre organização da vida, coisa que não posso pretender como anarquista, respeitosa à espontaneidade e à livre iniciativa. Como se diz da criança pelos pedagogos respeitosa à sua personalidade, a sociedade anárquica será o que deve ser se cuidarmos para evitar que ela malogre.

A Espanha, que parece ser a nação mais preparada a viver o Comunismo Libertário, se dispõe a dar o exemplo.

CONCEITOS DO COMUNISMO LIBERTÁRIO

Definição: O Comunismo Libertário é uma forma de organização social, na qual o governo dos homens é substituído pela administração coletiva das coisas. Para se tornar clara esta definição, ela precisa de explicações. Trata-se de encontrar as bases fundamentais do homem: o direito à satisfação de suas necessidades, e o direito a dispor de si mesmo, ou seja, o direito à vida e à liberdade. Ambos os direitos são a base do bem-estar, já que não consideramos livre o esfomeado nem satisfeito o escravo. Mais concretamente: o Comunismo implica, mais que a comunidade de bens, a existência de uma coletividade que atenda primordialmente a administrar a economia de modo que sejam satisfeitas as necessidades de todos os seus componentes. E para que este Comunismo seja libertário, não deve conter nenhum acúmulo de força ou de autoridade que constitua uma ameaça para a liberdade individual.

Sabemos que deve-se destruir a organização atual, isto é, o Estado e a propriedade privada, e que somente é destruído aquilo que se consegue substituir com vantagem.

Mais importante que a exatidão da definição é a elaboração dos conceitos sobre diversas questões de detalhe que sua realização apresenta, sobre as quais cabem maior diversidade de pareceres.

Mesmo com a certeza de que a experimentação será, em última instância, o que decidirá sobre as melhores soluções, faz-se necessário analisá-las e decidir antecipadamente por uma determinada.

Estrutura: Concebemos a nova estrutura como uma federação de coletividades autônomas. Quanto mais simples e elementares forem estas coletividades básicas, mais simples e fáceis de resolver serão os problemas e mais acessíveis as aspirações e interesses dos indivíduos que as compuserem.

Apesar da Confederação Nacional do Trabalho ter uma estrutura idêntica que poderia servir de molde para a sociedade inteira, nem todos concordam que o Comunismo Libertário tenha uma estrutura sindical, crendo, pelo contrário, que ele deve dar lugar a formas distintas de organização. O Sindicato é, por essência, uma entidade produtora, e poderia ser também distribuidora; porém, ao seu lado, podem existir outras formas de coletividade, com interesses mais amplos e caráter menos especializado, e, portanto, mais humano. A base da organização deve ser a coletividade inteira nos pequenos núcleos rurais, compostos por uma maioria de camponeses e alguns artesãos ou funcionários. Constituirão comunas ou municípios livres. Em vilas de maior diversidade e de atividades menos uniformes, são necessários os Sindicatos, reunidos na Federação Local, cuja organização pode conviver com grupos mais genéricos como grupos de bairro ou conselhos parciais ou totais da localidade. Longe de serem incompatíveis, ambas as formas ou núcleos de organização coletiva, a exclusivamente econômica e a política ou de interesse público, em minha opinião se complementam, e ainda devem coexistir; pois assim exige a própria complexidade da vida moderna.

O indivíduo e a coletividade: O instinto de sociabilidade, a necessidade do apoio mútuo e o reconhecimento das vantagens que a associação traz são impulsos associativos ao lado do sentimento de solidariedade para formar as coletividades e para federá-las entre si. O anarquismo não admite outra forma de coerção sobre o indivíduo além da coerção moral, ou seja, o afastamento ou o desprezo do insolidário ou do preguiçoso inveterado. Mas na boca de muitos aparece em seguida uma frase que expressa uma forma de coerção econômica e de justiça social: “Quem não trabalha, não come”. Resta ao congresso nacional manifestar o conceito que a Confederação tem desta forma de coerção.

Forma de propriedade: Não pode ser objeto de discussão o regime de propriedade da riqueza e dos bens de produção, que será administrada pela coletividade e posta à disposição de quem quiser produzir. A supressão da propriedade privada e do monopólio da riqueza é a garantia imprescindível da liberdade econômica. Mas esta intransigência com a propriedade privada não pode ser extremada ao ponto de negá-la nos bens de uso pessoal, nem no que é produto da atividade pessoal do indivíduo. Não creio que a propriedade usufrutuária possa ser logicamente negada para os móveis, roupas e para detalhes cuja posse não implica em despojo nem em injustiça. A respeito da propriedade da terra – “A terra para aquele que a trabalha” –, é preciso distinguir entre a terra dedicada à produção do necessário da que serve para produzir alimentos ou plantas de gosto individual, como as hortas e jardins, ou parcelas de experimentação, sobre as quais a propriedade usufrutuária deve ser respeitada.

Modalidade do trabalho: Da mesma forma que fazemos distinções de propriedade, temos de fazer distinções de trabalho. A produção dos artigos de primeira necessidade impõe uma certa quantidade de trabalho, que será necessário dividir entre os membros úteis da coletividade, estabelecendo uma jornada, e até, em ocasiões, um turno de trabalho. O trabalho coletivo impõe o acatamento de uma organização do mesmo, e de uma disciplina de produção. À margem deste trabalho, controlado pela coletividade, existirá uma produção voluntária, livre, de iniciativa individual.

Este trabalho voluntário e de iniciativa pode servir para eximir do trabalho de gestão coletiva?

Produção dirigida ou livre? A condição fundamental para o êxito de uma nova ordem social é a abundância, a superprodução dos artigos de primeira necessidade. Isso facilita a produção e suprime a causa mais essencial de descontentamento.

Se a primeira preocupação revolucionária deve ser manter a produção em seu volume atual, a segunda deve ser incrementá-la incessantemente, até conseguir abundância mais real que a motivada pela crise do capitalismo.

Este é um problema técnico mas também de organização: de vontade e de homens “capazes de levar uma mensagem a García”.

De cada, de acordo com sua capacidade: Esta primeira parte da fórmula implica em uma questão de acoplamento dos braços nas atividades produtoras, na qual não poderão ser deixadas de lado a disposição e a inclinação pessoal de quem tiver exercido profissões parasitárias ou antissociais, sendo necessário acoplá-las na nova forma de economia.

A cada, de acordo com sua necessidade: Esta fórmula da nova justiça distributiva só pode ser resolvida equitativamente por meio da abundância e tornando possível que, na fonte pública, cada um tome o que precisa segundo sua vontade; mas ela terá que se aproximar do possível, mediante o racionamento daquilo que escassear.

Eis aqui onde deve-se cuidar do procedimento de substituição do dinheiro como sinal da riqueza acumulada. O consumo por vales, empregado uniformemente nos curtos ensaios realizados na Espanha, é um meio provisional mas enganoso, ao qual deve-se procurar uma solução melhor, para a qual os passes de trem e os passes quilométricos poderiam servir de modelo.

Trocas sem equivalência: Na troca de produtos entre as coletividades, a medida de seu valor não intervirá, sendo todos equivalentes enquanto produtos necessários, qualquer que seja o seu esforço exigido e a sua utilidade.

A noção de valor é estranha à economia libertária. Tampouco é precisa a medida do mesmo, sendo representada pela moeda, que bem pode ser chamada de “maçã da discórdia”.

Não creio ter esgotado todos os aspectos e particularidades do tema que será objeto de deliberação por parte de todos os Sindicatos, para conseguir, da base para cima, um acordo na harmonia dos diferentes critérios que irão se manifestar.

À INTERPRETAÇÃO COLETIVA DO COMUNISMO LIBERTÁRIO

Até o presente não existem mais que interpretações individuais, concepções particulares do Comunismo Libertário. As diversas concepções que gozam do favor do público confederal não trataram de ser unificadas nem conciliadas em um mesmo acordo de doutrina. O espírito anarquista, respeitoso ao critério individual e com a mesma interpretação da ideia, não tem grande empenho em concretizar as diferentes exposições em um programa uniforme. Na prática, todas as interpretações poderiam conviver, e, dentre elas, predominaria a que reunisse mais vantagens. Este seria o meio preferível de seleção, a livre concorrência e o ensaio mútuo.

A uniformidade que nos interessa é a prática. É a conseguida em vias de realização, pois a outra, a realizada em palavra para ser escrita em papel, não nos dá – como anarquistas e antipolíticos – frio nem calor. Uma interpretação uniforme do Comunismo Libertário tem valor para a enunciação da propaganda como resposta àqueles que todo o tempo nos perguntam pelo programa como um registro do bom acordo dentro da C.N.T. e como meio de propiciar sua realização, facilitando os primeiros passos.

Devemos estar castigados pela experiência histórica para não colocar calor excessivo no esclarecimento escrito, reservando nosso entusiasmo para a unificação do movimento na realização prática. Até agora, o homem, conduzido por sua credulidade política, gastou todas as suas forças em escrever no papel seus direitos e suas aspirações, sem ter conseguido a menor reivindicação prática.

Não obstante, a necessidade de unificar as diversas concepções, chegando a concretizá-las em um programa mínimo, é geralmente sentida entre os militantes da C.N.T., e é de se esperar que culmine no próximo congresso nacional, anunciado para o fim de maio.

O esclarecimento de um programa mínimo parece tarefa fácil, e procura-se formá-lo com aquelas inspirações que são comuns a todas as diversas interpretações. Os pontos seguintes podem servir de orientação.

1º Autonomia do indivíduo dentro da localidade, sem outras limitações além das combinadas em cada momento pela assembleia geral. Autonomia da localidade, sem outras restrições além das combinadas, em cada circunstância, pelos congressos regionais ou nacionais.

2º Associação obrigatória, sob pena de coerção econômica para a produção e o consumo dentro de cada localidade ou dentro de cada sindicato ou grupo de bairro. Associação obrigatória das localidades na região e das regiões na nação ou península, com a mesma coerção econômica, a fim de assegurar a economia local e de normalizar a economia nacional.

3º Federalismo nos grupos e acatamento da vontade das maiorias em tudo quanto é atividade econômica: jornada de trabalho, produções a aumentar ou suprimir, eleição de trabalho, regime de cultivo da terra, requisitos necessários para

ser consumidor, modos de distribuição etc., de modo que as características locais sejam compatíveis com as necessidades coletivas.

4º Restrição máxima da burocracia, por ser parasitária e esterilizante, procurando fazer com que os cargos administrativos não eximam da cooperação na produção.

5º Renunciar à administração de justiça, como tarefa que excede as atribuições humanas e, quando for indispensável, acomodá-la à sentença da coletividade. Não centralizar, tampouco, a função defensiva em um exército, mas dar participação nela a todos os produtores. O exército deve ser a coletividade inteira; e a especialização técnica, voluntária e livre.

6º Supressão de toda classe de privilégios, nivelando todos com a mesma obrigação de produzir, com o mesmo direito a desfrutar da riqueza comum, com o mesmo direito a se beneficiar da instrução e da cultura, com a mesma alíquota de poder e com a mesma participação na responsabilidade social.

7º Ampla liberdade do indivíduo quanto a imperativos não econômicos da coletividade. Mas esta liberdade não dependerá de nenhum acordo verbal ou escrito anterior à revolução ou posterior à mesma, mas do afincamento com que o próprio indivíduo puser em afirmá-lo e do remorso que a coletividade puder sentir ao limitá-lo.

8º Abolição absoluta de toda classe de propriedade privada. O indivíduo poderá possuir circunstancialmente ou vitaliciamente tudo que a coletividade consentir em lhe outorgar.

9º O legislador supremo é a coletividade. Todo acordo é válido até que quem o adota decida anulá-lo. Ninguém poderá pisar sobre o direito fundamental e inalienável do indivíduo de viver e ser livre.

Dessa forma, este poderia ser o nosso programa; mas, voltamos a dizer, não nos interessa concretizá-lo, mas realizá-lo. O de menos é que seja formalizado. O essencial é que seja cumprido.

Para afirmar seu direito natural à vida e à liberdade, o indivíduo não precisa invocar um artigo nem mostrar um papel. Ele precisa poder empunhar uma arma frente a quem o discute. A sociedade não lhe ampara condenando-o, mas não deixando que ninguém construa uma cerca fechando nem a terra nem o saber, nem o poder nem a justiça.